

Bens culturais e ambientais no oeste catarinense na perspectiva dos colonizadores

*Jairo Marchesan**

*Maria Cristina Pansera-de-Araújo***

*Luiz Mário dos Santos de Araújo****

Resumo

A compreensão dos problemas socioambientais da Mesorregião Oeste Catarinense fundamenta-se na história, nas relações estabelecidas dos homens consigo mesmos e destes com a natureza, à luz do modo de produção capitalista. Este artigo analisa, na ótica das relações sociais, culturais, políticas e econômicas dos sujeitos colonizadores, a consciência formada sobre os recursos naturais desde a colonização até a atualidade. A ocupação, transformações do espaço, concepções/significados e interpretações dos sujeitos sobre o ambiente foram tematizadas a partir das entrevistas com doze colonos de Concórdia (SC), que representam o Oeste Catarinense. Nove deles (*Colonos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9 e 10*) são agricultores ativos e integrados às agroindústrias; os *Colonos 7* é sindicalista e representa as vozes dos demais; os *Colonos 11 e 12* representam duas organizações de produtores orgânicos. As entrevistas foram gravadas, com autorização prévia, transcritas e algumas falas usadas na discussão.

Palavras-chaves: Recursos naturais, colonização, aspectos culturais.

Introdução

Estudar uma região significa compreender as diferentes relações que se dão através das formas, funções, organizações, estruturas, nos seus mais distintos níveis de interações e contradições. Além do mais, a explicação das transformações passa, necessariamente, pela compreensão dos grandes grupos de variáveis que compõem um território, como a produção, o capital, as instituições, o expansionismo do capital, etc. Para isso, é preciso considerar as condições existentes “*e o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste*” (Cf. Santos, 1988, p. 47-8). Por isso, concorda-se com Carl Sauer, pai da geografia cultural, citado por Santos (1988, p. 64), ao argumentar que “à medida que o homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica [econômica], etc. É a marca do homem sobre a natureza, chamada de socialização por Marx”.

Neste sentido, a compreensão dos atuais problemas socioambientais da Mesorregião¹ Oeste Catarinense deve ser buscada na história, nas relações estabelecidas dos homens consigo mesmos e destes com a natureza, à luz do modo de produção capitalista. Assim, é possível perceber os interesses inscritos a partir da intervenção humana neste espaço, bem como as transformações nele operadas desde o processo de colonização. Logo, os recursos naturais (terras, águas e matas) sofreram profundas transformações ao longo do processo de colonização e desenvolvimento econômico da região, passando a ter um novo significado cultural.

Este artigo analisa, na ótica das relações sociais, culturais, políticas e econômicas dos sujeitos colonizadores, a consciência formada sobre os recursos naturais desde o período da colonização até a atualidade. Além disso, como foram percebendo a exploração e as transformações da paisagem e do espaço pelo seu trabalho, visando suas necessidades de sobrevivência e inserção no mercado. O Oeste Catarinense começou a ser colonizado, a partir de 1910, por descendentes de imigrantes alemães e italianos, provenientes, principal-

mente, das “colônias velhas”² do Rio Grande do Sul. É um território que se limita: ao Sul, com o Estado do Rio Grande do Sul; ao Norte, com o Estado do Paraná; a Oeste, com a República Argentina e, ao Leste, com o Planalto Catarinense. Possui uma dimensão de 27.365 km² (Figura 1) e conta com cerca de 1 milhão e 200 mil habitantes.

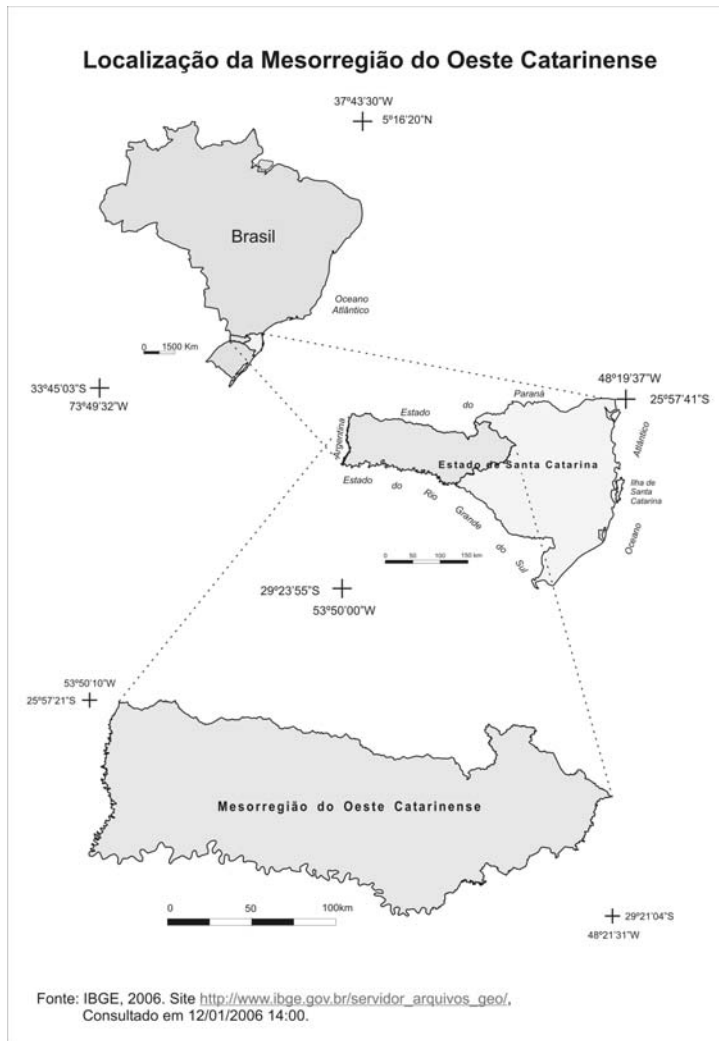


Figura 1. Mapa de Localização da Mesorregião Oeste Catarinense.
Fonte: IBGE. www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_geo/. Acesso em: 12/01/2006.

Contextualização geográfica e histórica da Mesorregião Oeste Catarinense

Em 1906, a ferrovia São Paulo – Rio Grande começou a ser construída pela empresa americana Brazil Railway Company, vinculada ao Grupo Farquhar. Ainda, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company foi responsável pela exploração da madeira ao longo da ferrovia (15 Km de cada lado) e, também, pelo repasse de terras a outras companhias. No processo de povoamento e colonização do Oeste Catarinense, houve o embate entre grupos humanos, provocando a inclusão social dos imigrantes e a exclusão dos indígenas e caboclos, que foram marginalizados e destituídos de suas culturas, métodos de produção e formas organizativas. Segundo Rossetto (1989), os caboclos foram substituídos por gaúchos descendentes de italianos e alemães, que atravessaram o Rio Uruguai, atraídos pelas ofertas de terras para novas ocupações. Desde o início do desbravamento,³ foi grande o interesse de progresso a qualquer custo, sem levar em consideração os limites dos recursos naturais e o respeito aos primeiros habitantes: os indígenas e caboclos. Para D’Angelis (1995, p. 210), “diante dos interesses econômicos não havia perspectiva ecológica, nem direitos históricos, nem respeito humano que valesse a pena ser considerado: o Oeste Catarinense foi devastado, tanto física como culturalmente”.

As populações caboclas sucederam as indígenas e precederam os colonizadores imigrantes, vivendo, principalmente, da agricultura de subsistência e da extração da erva-mate. No entanto, como esta população possuía características de vida bastante diferentes dos colonizadores imigrantes que chegavam à região, acompanhados de novas relações econômicas e novos perfis culturais, ela não se coadunava com os interesses capitalistas em curso. Desta forma, os caboclos foram sendo gradativamente espoliados, marginalizados, expropriados e explorados pelo processo capitalista.

(...) Esses, desprotegidos, ficaram sujeitos aos novos métodos adotados, restando duas opções: deixar suas posses ou

tornarem-se empregados dos imigrantes que começavam a chegar. Era a cobiça e a espoliação que vinham junto com o progresso.

Pela ação da companhia colonizadora, através de seus encarregados pela segurança, o caboclo foi despejado de seus redutos e de suas posses, através de métodos, geralmente violentos, vendo-se obrigado a retirar-se para os confins das matas. A ferro e fogo, o Alto Uruguai Catarinense ficou “limpo” para os imigrantes (Ferreira, 1992, p. 79-80).

O solo desta Mesorregião originou-se na era mesozóica e pertence à formação do derrame basáltico, com afloramento de rochas e pedras soltas em praticamente todo esse espaço. Quanto à topografia, apresenta-se com relevos ondulados, predominantemente acidentados, onde, aproximadamente, 70% da área têm declividade superior a 20%.

Na perspectiva de compreender a relação com o uso dos solos, convém discutir a prática dos camponeses europeus de virar (lavar/arar) a terra. A aração era uma técnica europeia utilizada para revolver os solos frios e úmidos daquelas regiões de clima temperado e que possuíam invernos longos e rigorosos.⁴ Essas práticas eram necessárias na Europa onde o clima é temperado. No entanto, esse manejo transplantado pelos colonizadores para o Sul do Brasil, mostrou-se, equivocado, inviável e até nocivo aos solos, considerando o clima e relevo (topografia acidentada), o que dificultou o preparo, o cultivo e contribuiu para os processos erosivos. Com o decorrer do tempo, a utilização dessas formas e modalidades agrícolas exigiu que, para recuperar os solos, fosse necessário o uso de novas práticas agrícolas, como, por exemplo, o plantio direto, que permite cultivar o solo sem lavar ou arar a terra, mantendo a sua estrutura física original através da cobertura vegetal, proporcionando a garantia de sua qualidade.

A cobertura vegetal original era composta por florestas subtropicais nativas. Caracterizava-se por densa mata latifoliada, de diversas espécies nativas: pinheiro (*Araucaria augustifolia*), angico (*Parapiptadenia rigida*), cedro (*Cedrela fissilis*), grapia (*Apuleia*

leiocarpa), cabreúva (*Myrocarpus frondosus*), canelas preta (*Ocotea puberula* - Ness) e amarela (*Nectandra lanceolata*), erva-mate (*Ilex paraguariensis*), entre outras. No entanto, atualmente,

[...] restam raras glebas com floresta nativa intacta, estimada em menos de 5% da área. Em escala maior, ocorre a floresta nativa secundária (mata sem madeira ou capoeirões), estimada em 15% da área, totalizando 20%. (Testa *et al.*, 1996, p. 246)

A retirada da cobertura vegetal, a exploração intensiva da agropecuária, o uso inadequado do solo, o lançamento de esgotos urbanos *in natura* e de dejetos animais são, em grande parte, responsáveis pela degradação ambiental, poluição e assoreamento dos rios da Mesorregião. Por isso, a deterioração ambiental dessa região resulta, também, de um processo produtivista agrícola e agropecuário, que não se comprometeu com o planejamento prévio das atividades, desconsiderando a capacidade de suporte dos recursos naturais.

No entanto, é importante reconhecer e respeitar a racionalidade da época em relação ao processo de ocupação com os bens naturais, percebendo que a dinâmica era menos destruidora sob o ponto de vista técnico até ser substituída pela exploração intensiva e sistemática. Por muito tempo, a concepção da sociedade humana era de infinitude dos bens naturais. Portanto, naquele contexto temporal e espacial não havia possibilidades de reconhecimento e preservação ambiental, porque muitas interações e interdependências entre os diferentes seres vivos e o ambiente eram desconhecidas. O reconhecimento da degradação ambiental atual é decorrente da percepção e constatação dos limites e sinais de esgotamento dos recursos naturais.

A partir da *lógica camponesa*,⁵ com o esgotamento dos recursos naturais e o aumento da densidade demográfica de determinada área, era preciso buscar novas fronteiras agrícolas, a fim de alocar os excedentes populacionais e como condição de sua produção, reprodução e sobrevivência.

Adotou-se como estratégia a interlocução com os sujeitos sociais inseridos no contexto histórico de produção agrícola e

agropecuária, apresentando os entendimentos sobre as causas e conseqüências dos problemas ambientais, do espaço desta Mesorregião, baseados nas diferentes intervenções, ações e interesses. Conforme Milton Santos (1988, p.10),

[...] falar sobre um determinado *espaço* é muito pouco ou insuficiente, se não buscamos defini-lo à luz da história concreta e entendê-lo pelas dimensões de suas categorias de análises (...). Tudo isso comporta diferentes visões do movimento das contradições de que resultam as metamorfoses do espaço.

Processo de Ocupação do Espaço e Relação com Recursos Naturais

Excluídos social, política e economicamente do processo produtivo ainda na Europa, os imigrantes viam no acesso à propriedade privada da terra um fator fundamental de garantia de sobrevivência e, de certa forma, de sua existência no mercado. Além disso, a terra representava para o imigrante um bem particular capaz de “legitimá-lo” como sujeito dentro do contexto capitalista. A ocupação de um espaço poderia considerar as características geográficas, em que, por exemplo, as montanhas destinaram-se às reservas florestais e à captação de água. As áreas de menor declividade à criação de animais (bovinos, ovinos...), as várzeas à produção de cereais e instalação das benfeitorias da propriedade. No entanto, esta distribuição espacial nem sempre foi observada, pois os espaços foram retalhados em áreas sob a forma de colônias, por agrimensores das companhias colonizadoras, que, por vezes, desconheciam geograficamente a Mesorregião.

Mais grave ainda foi o fato de que nem sempre as empresas haviam elaborado esquema lógico de demarcação de terras, segundo as muitas diferenças de ambientes quanto aos tipos de solos, às formas predominantes de relevo e às características dos recursos hídricos. [...] O conhecimento dos atributos dos ambientes onde se implantariam as colônias era extremamente precário. Pouco se dispunha, à época, de

instrumentos para avaliação combinada dos fatores que poderiam facilitar as operações de uso da terra por agricultores cujas experiências provinham de ambientes distintos (Lago, 1988, p. 206).

As características topográficas regionais permitem melhor entender os desafios que os colonizadores enfrentaram, bem como as técnicas necessárias para superá-las, já que existem poucos terraços para o pastoreio do gado utilizado na tração, assim como áreas mínimas para o cultivo (Lago, 1988). Essa ocupação suscitou questões tais como: i) como esta estrutura espacial conseguiu incorporar-se ao mercado?; ii) qual é a relação entre o capital e o espaço?; iii) quanto trabalho foi necessário para realizar a ocupação, instalação, construção, habitação, plantio, colheita, sobrevivência naquelas condições? Além disso, é preciso entender como, mais tarde, o capital, zeloso, estratégico, articulado e organizado teve capacidade de investir numa região relativamente afastada dos centros nacionais de maior poder de abastecimento, produção e consumo, e tirar de lá, através das agroindústrias, sistemas de integrações que produzam suínos, aves, leite, fumo, entre outros produtos, para competir, não só no mercado nacional, mas, também, mundial.

Monopolista sobre o espaço geográfico, o capital controla os homens e a natureza, para os tornar homens e natureza para o capital. Mediando a relação homem-meio e crescendo sobre ela, o capital tece a “geografia dos homens concretos”. E esta geografia da alienação degrada o homem e a natureza (...). Fomenta a escassez para forjar necessidades novas e renovar as necessidades velhas, subordinando a existência dos homens e os movimentos da natureza ao circuito das mercadorias (Moreira, 1985, p. 106).

A inserção dos sujeitos sociais (colonos), nesses espaços topograficamente acidentados, exigiu um compromisso com o enfrentamento físico, social ou cultural, que permitiu produzir para a sobrevivência e disponibilizar o excedente ao mercado.

Isso pode ser explicado pela via da expansão estratégica capitalista, a qual possuía objetivos políticos e econômicos expressos pelos

interesses também das companhias colonizadoras em buscar a valorização dessas terras por elas adquiridas e que estavam desocupadas, e, portanto, passíveis de ser colonizadas. Isto pode também ser explicado pela lógica corrente: “colonizar para conquistar, explorar, valorizar e acumular”.

Os sujeitos entrevistados

Para compreender a ocupação, as transformações do espaço e as concepções/significados e interpretações dos sujeitos com o ambiente, foram entrevistados doze colonos do município de Concórdia, os quais representam o Oeste Catarinense, identificados como *colonos*, acompanhados da numeração ordinal. Nove deles (*Colonos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9 e 10*) são agricultores ativos integrados às agroindústrias. O *Colono 7* é sindicalista e representa as vozes dos demais. Os *Colono 11* e *12* representam duas novas organizações de produtores orgânicos. As entrevistas foram gravadas, com autorização prévia, transcritas e trechos selecionados e descritos no artigo. Suas falas elucidam as percepções desses sujeitos sobre a relação com os recursos naturais e a degradação ocasionada pelo sistema produtivo adotado. O quadro I caracteriza o grupo de colonos entrevistados.

Quadro I: Caracterização dos entrevistados segundo a idade, etnia, procedência e tempo de vida na região de Concórdia (SC):

ENTREVISTA DOS	IDADE	ETNIA	PROCEDÊNCIA	TEMPO NA REGIÃO	MOTIVOS DA MIGRAÇÃO
COLONO 1	54 anos	Italiana	Passo Fundo-RS	50 anos	Busca de terras férteis para produzir mais e na esperança de garantir um futuro melhor para a família.
COLONO 2	74 anos	Italiana	Erechim-RS	70 anos	Famílias numerosas, pouca terra para trabalhar e alojar os filhos.
COLONO 3	72 anos	Italiana	Antônio Prado-RS	62 anos	Conseguir terras boas, férteis e que produziam. As terras das "Colônias Velhas" eram fracas.
COLONO 4	65 anos	Italiana	Antônio Prado-RS	42 anos	Terras do RS tornavam-se fracas e muito exploradas. Era preciso buscar terras novas para os filhos.
COLONO 5	82 anos	Italiana	Cachoeira do Sul-RS	75 anos	As terras onde morávamos eram poucas, fracas e montanhosas. Precisava novas terras para filhos.
COLONO 6	60 anos	Italiana	Cachoeira do Sul-RS	60 anos	Busca de terras férteis (de mato) e para estabelecer a família que era numerosa.

ENTREVISTADOS	IDADE	ETNIA	PROCEDÊNCIA	TEMPO NA REGIÃO	MOTIVOS DA MIGRAÇÃO
COLONO 7	61 anos	Italiana	Garibaldi-RS	43 anos	Esgotamento dos recursos naturais e famílias numerosas. Necessidade de buscar novas terras.
COLONO 8	39 anos	Italiana	Concórdia-SC	39 anos	*
COLONO 9	64 anos	Italiana	Antônio Prado-RS	58 anos	Nas "Colônias Velhas", tinha muita gente pra pouca terra. Além do mais, as terras eram fracas.
COLONO 10	75 anos	Italiana	Erechim	65 anos	Além de poucas terras, eram dobradas. A família era grande.
COLONO 11	29 anos	Italiana	Concórdia-SC	29 anos	*
COLONO 12	49 anos	Alemã	Montenegro-RS	49 anos	Busca de mais terras e melhores condições para trabalhar na agricultura.

* Os colonos 8 e 11 são descendentes dos migrantes. A pesquisa foi realizada no ano de 1999.

A relação Sociedade – Natureza na ótica dos entrevistados

O processo de colonização e desenvolvimento da região está fundamentalmente associado às relações do homem colonizador com os recursos naturais, principalmente, terras, águas e matas, pela representação econômica, social e ambiental para o contexto atual, além dos impactos antrópicos sofridos ao longo do uso e exploração das mesmas. Os colonos imigrantes, ou seus descendentes, se fixaram em colônias, localizadas em vales acidentados, mesmo que, muitas vezes, fossem inconvenientes para a prática da agricultura. O que, na verdade, interessava é que a propriedade tivesse mato, que seria explorado até disponibilizar solo fértil e humoso, com nutrientes propícios ao desenvolvimento da agricultura resultando em abundantes colheitas. O solo deveria ser fértil e apropriado para a produção de milho, feijão, trigo, fumo, batata, mandioca: base da sobrevivência e fonte de renda. Assim, a terra constituía-se em fator produtivo, definidor das relações sociais, políticas e econômicas dos colonos. A maior produção agrícola era a do milho, que se destinava à alimentação dos plantéis de suínos, bovinos, eqüinos e galináceos, além da alimentação humana. No início do processo de colonização, o solo não era explorado de forma intensiva. Waibel (1979) salienta que o sistema usado era primitivo e do tipo rotação de terras com queimada da mata e cultivo da clareira. Os agricultores – colonos – descrevem esses ciclos de forma precisa:

As roças se faziam em etapas. Nunca se explorava as terras até o fim, que ela não pudesse se recuperar do verdejo. Se deixava a terra descansar, e recuperar, em muitos anos não se plantava num pedaço só (entrevista - Colono 2).

Quanto às terras, aqui ninguém falava em adubos (...), foram usadas 50 ou 60 anos sem usar adubos nestas terras. A terra é o sistema de uso também. Faz a lavoura, depois deixa virar capoeira (...). Outra, a lavoura mal queimada, aquilo era a conservação, nunca queimar demais (...), assim a natureza ia se recuperando (Entrevista - Colono 3.)

Não se explorava a terra até ela não produzir mais, ou ia derrubando o capoeirão lá na frente, mas lá atrás deixava virar capoeirão novamente e assim por diante. Deixava-se a terra descansar (Entrevista – Colono 4).

Os primeiros colonizadores tinham certa sensibilidade de uso das terras e, por extensão, aos demais recursos naturais, embora num sistema primitivo, precisasse ser renovada para ser produtiva novamente. Ser proprietário de uma área rural, mesmo que pequena, era o sonho do colono imigrante. Mediante o seu trabalho e exploração dos recursos naturais disponíveis, a propriedade transformava-se num bem de produção que lhe possibilitava a sobrevivência e a inserção no mercado capitalista emergente. Desta forma, foi-se consolidando o regime de trabalho familiar da pequena propriedade rural, assentada na policultura e uma pequena criação de animais que, em geral, abrangia aves, suínos, bovinos e cavalos para puxar arado e carroça (Petroni, 1982). O conjunto da unidade familiar torna-se o executor de, praticamente, todas as atividades relativas à produção e reprodução sócio-econômica da propriedade, o que requer uma gigantesca quantidade de mão-de-obra, tanto a destinada para a reprodução da unidade, quanto a que viabiliza os excedentes da produção para o mercado.

O tamanho das propriedades rurais instituía-se como fator determinante na relação de exploração dos recursos naturais. A pequena propriedade rural acabou mostrando, devido ao modelo econômico de desenvolvimento adotado, evidentes sinais de esgotamento dos solos, por força da pressão exercida sobre a terra, tais como: contínua exploração dos recursos disponíveis; erosão e

gradativa perda da fertilidade natural do solo, provocando o seu depauperamento, agravado pelo “desaparecimento” das águas; sistemas agrícolas extensivos, como as “roças” ou “rotação de terras”, foram substituídas por exploração intensiva. O esgotamento das terras, as famílias numerosas, o empobrecimento econômico, físico e moral da população levaram a uma gradativa proletarização rural, que justifica a emigração dos camponeses para as cidades ou novas fronteiras agrícolas, recomeçando o mesmo ciclo econômico (Waibel, 1979). Entre as características socioculturais dos colonos imigrantes, destaca-se o trabalho, como um elemento central e ético, mesmo que por muito tempo não tenha sido atingido pela competitividade produtivista do capitalismo. A importância da dimensão cultural, ética e solidária do trabalho é expressa por estes colonos:

Na época, o que interessava era ter saúde e poder trabalhar. Nem se interessava tanto pelo dinheiro (...). Na época um ajudava o outro [inclusive] para fazer as lavouras, o que não era fácil. Era serviço pesado... Naquela época se trabalhava e o dinheiro ficava, recuperava o trabalho (Entrevista Colono 5). Mas acontece que eles [capitalistas] confiavam no potencial do agricultor e na cultura que estava nesses imigrantes que vieram para Santa Catarina pra trabalhar, pra produzir, pra se desenvolver e tudo mais (Entrevista Colono 6).

Os colonos eram trabalhadores fortes, tinham resistência, ordeiros. O trabalho tinha um significado fundamental na vida deles. (...) Toda a família ia para o trabalho. O trabalho era um elemento central. A ordem era trabalhar. Tinha uma tradição cultural severa. Era uma tradição de pessoas que viam no trabalho quase uma “religião” (Entrevista Colono 8).

Entretanto, o mesmo capital percebe e reconhece, nos imigrantes e seus descendentes, um forte potencial para o trabalho agrícola e, posteriormente, para as agroindústrias, uma vez que os mesmos estavam imbuídos de um audacioso espírito empreendedor e arraigado senso de poupança. Essas características não foram só observadas, mas apropriadas pelos investidores capazes de criar possibilidades de garantir a implantação e a reprodução da visão capitalista no meio rural. Para reproduzir e agregar valor, o capital

necessita de homens especiais, com uma procedência, um conhecimento construído e acumulado historicamente, que se expressa em atitudes, habilidades, experiências herdadas e praticadas em seu universo cultural, concretizadas na criação de animais ou cultivo de vegetais, o que é muito bem expresso em estudo de Testa (1996): “O patrimônio cultural construído e transmitido de geração em geração constitui um ‘capital social’, que está na base do desenvolvimento alcançado pela região” (p. 77).

O desenvolvimento capitalista em curso imprimiu à agricultura, a partir da década de 1970 profundas transformações políticas e econômicas que resultaram na sua modernização. Esse processo reverteu uma tradição histórica de produção, que deu lugar a uma nova lógica: a da produtividade. Esta forma de produzir só pode ser viabilizada, sustentando-se a partir do seguinte tripé: recursos naturais disponíveis, trabalho e tecnologia. O capital e suas novas relações com os setores agrícolas utilizaram-se dos recursos naturais existentes e da moral do trabalho incorporado na ética dos colonos, que, associado à tecnologia, resultou em alta produtividade agrícola e agropecuária.

A expansão dos complexos agroindustriais do Oeste Catarinense, a partir de 1960, esteve associada ao processo de modernização da agricultura e da pequena propriedade familiar. Elas foram e são as responsáveis diretas pelo fornecimento de matérias-primas às agroindústrias, que se consolidaram e exerceram o controle hegemônico dos setores de produção e distribuição, tanto regional quanto nacional, efetivando o modelo de desenvolvimento econômico. A voracidade econômica exercida sobre os agricultores, exigindo que produzissem em escala crescente e sistemática, substituiu a policultura e a subsistência. Paralelamente a esse período e a essas circunstâncias, começaram a ocorrer sinais de esgotamento da ocupação das fronteiras agrícolas do Oeste Catarinense, repercutindo diretamente na elevação do preço das terras. Isso fez com que alguns agricultores aumentassem a capacidade produtiva das suas unidades de produção, explorando de forma intensiva a terra e, assim, possibilitando a reprodução das unidades familiares (Campos, 1987).

A partir do momento em que se intensificou o uso da terra, influenciou nas transformações da paisagem em si e na geração dos desequilíbrios ambientais. Esse processo refletiu-se na configuração de novas relações históricas, culturais, econômicas, geográficas e ambientais regionais.

O “modelo” agrícola de produção, pautado na teoria da agricultura moderna, levou os colonos a explorarem intensivamente o solo, como necessidade de sobrevivência e de fazerem parte do mercado. A topografia acidentada da região e o modelo agrícola referido, pautados numa exploração sistemática do solo, foram fatores de deterioração e elevação dos custos de produção, conforme este relato:

A terra era rica por natureza. Mas, também pelo seu uso, pela falta de cuidados e pelo fato da região ser acidentada, a erosão facilmente destruiu a terra. A camada fértil das terras foi levada pelos rios e as terras da região começaram a sentir falta de adubos e não serem mais férteis como antes. Então, na medida em que a terra foi se desgastando, aí o custo de produção também veio a ficar mais alto. Agora, tem que pensar em recuperar a terra e adubar para conseguir produzir (Entrevista – Colono 7).

O aumento crescente na produção de animais (suínos e aves) exigido pelas agroindústrias gerou a produção de uma quantidade exorbitante de dejetos, que foram usados como adubo orgânico para a recuperação dos solos agrícolas. No entanto, a quantidade produzida era maior que as quantidades necessárias aos solos. Isso gerou um excedente poluidor que comprometeu a qualidade das águas, com repercussão na saúde pública da população e na vida dos outros seres vivos.

A partir de 1970, a questão ecológica passou a conquistar espaço em nível mundial (Conferência de Estocolmo, 1972) e nacional. O debate desencadeado pouco repercutiu na sociedade e em suas diversas instituições públicas e privadas. Vale ressaltar que, assim como na maioria das sociedades humanas, a relação com as águas foi semelhante no Oeste Catarinense. A maioria dos habitantes, bem como das comunidades rurais e urbanas, se estabeleceu

junto ou próxima dos rios, como, por exemplo, Joaçaba, Videira, Caçador, Concórdia, entre outras.

A vida no Planeta Terra tem na água seu fundamento e os seres humanos sempre obedeceram a uma mesma lógica quanto à ocupação do espaço: estabelecerem-se junto ou próximo aos cursos d'água. Os moradores mais idosos da Mesorregião e seus descendentes têm na memória onde se instalaram (próximos a fontes e mananciais) e que as águas da região eram límpidas, cristalinas e abundantes, conforme os depoimentos citados a seguir.

A gente podia tomar água onde queria. Tinha água pura, em abundância, cristalina (Entrevista direta – Colono 6).

As águas tinham em vertentes e poços (...). Era em abundância e pura... (Entrevista direta – Colono 3).

Os rios naquela época eram bonitos até de ir ver e para pescar. Tu podia colocar o anzol lá e em meia hora pegava uma sacolada de peixes e nos últimos tempos terminou tudo (Entrevista – Colono 4).

A água na época podia ser bebida em qualquer sanga. Hoje tem que olhar bem, porque não dá. Não é mais como uma vez. Hoje ninguém se preocupa (Entrevista direta – Colono 5).

Os poços que uma vez tinha, hoje não tem mais. Então eu fui avaliando que em 18–20 anos para cá o próprio leito do rio foi se alterando. A poluição é um problema muito grave (Entrevista direta – Colono 8).

O colono 2, ao falar sobre as águas, expressou saudades do passado, dizendo: *Aqui na minha casa tinha um poço de água que se via o fundo. Tenho ciúme da época...*

As águas dos pequenos rios também serviram para a produção de energia, que era obtida através da instalação e movimentação de grandes rodas de madeira (rodas d'água), fazendo funcionar os dínamos das turbinas, capazes de gerar a energia elétrica (luz) utilizada na propriedade. Outras vezes, a água foi usada nos monjolos⁶ utilizados para socar erva-mate, ou, ainda, nos moinhos e engenhos para moer cereais tais como milho, arroz e trigo. Além disso, a qualidade da água permitia o desenvolvimento de uma grande variedade de peixes, que se constituíram em importante fonte de alimentação.

Veja o depoimento deste colono.

Eu lembro, fui criança como todos. Na minha propriedade passava um riacho, nesse rio aí eu ia pescar e pegava peixes pertinho de casa, era até bonito vamos dizer assim, uma brincadeira, um prazer, um lazer, uma atividade recreativa (Entrevista – Colono 8).

Ao estudar as águas da região, torna-se importante destacar o rio Uruguai no contexto do processo da colonização da Mesorregião. O Uruguai, formado a partir da junção dos rios Canoas e Pelotas, possui 2,3 mil km de extensão e uma média de 400 metros de largura e serve de divisor dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, igualmente, do Rio Grande do Sul com a República Argentina. Tornou-se historicamente de grande relevância econômica, apesar da pouca navegabilidade, proporcionando aos colonizadores, até a década de 1960, uma importante atividade econômica: o escoamento da madeira até a Argentina e Uruguai, que a partir de lá era levada para os mercados europeu e norte-americano. Esse comércio da madeira até os países platinos proporcionou aos colonos uma possibilidade de angariar recursos econômicos, provenientes desse *mercantilismo fluvial*.

Pelas suas características (formado por muitas cachoeiras, canyons, saltos, corredeiras, etc.), além da quantidade de água oferecida no conjunto da bacia, motivou nos governos e a iniciativa privada, a partir dos anos 1980, possibilidades de exploração de seu potencial hidrelétrico. Projetos e investimentos resultaram na aprovação e construção de barragens, como a de Itá/Machadinho. No caso, entende-se que é importante a geração de energia elétrica, até porque a maior parte dos setores produtivos da economia da sociedade moderna está estruturada nesta matriz energética. No entanto, é importante analisar os interesses envolvidos na execução de megaprojetos como estes, principalmente, no que se refere aos impactos histórico-culturais, econômicos e antropológicos das populações que foram atingidas pela construção dessas barragens. Entende-se que

a construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) constitui-se em menores custos e reduzidos impactos ambientais e antropológicos. A possibilidade de aproveitamento de outros recursos naturais para a geração de energia, como, por exemplo, a eólica e a solar, possivelmente geraria bons resultados, sem tantos impactos.

Retornando ao debate anterior, é preciso mencionar a definição da organização da propriedade rural, principalmente sob o aspecto da localização das instalações destinadas à criação de suínos (pocilgas) e bovinos (estábulo). Sobre este assunto, comentam os agricultores:

Inclusive, quando se fazia uma instalação para se criar os porcos, era em cima do rio. E, de preferência, com uma quedazinha para que o mesmo rio levasse embora [dejetos]... (Entrevista – Colono 9).

Porque, antigamente, nós não escolhia lugar para construir um chiqueiro de porco, onde nós ia construir um chiqueiro? Na beira de um rio. Lá o rio se encarregava de levar embora os dejetos, coisa que estava errada. Eu não consegui fazer na beira do rio porque estava longe, mas tem gente ali que construiu do lado. E tá prejudicando todo mundo. A água é um líquido que nós temos que ter muito carinho por ela (Entrevista – Colono 6).

Esses depoimentos revelam uma prática comum. Ao mesmo tempo, é possível perceber a sensibilidade que começa a emergir deles, uma vez que as águas estão se tornando cada vez mais escassas e poluídas. Além do mais, o “odor” produzido pelos dejetos era temporariamente suavizado, na medida em que o rio se encarregava da “limpeza”. É bom que se diga que essas práticas eram até mesmo orientadas e consentidas pelos técnicos das agroindústrias e, inclusive, consideradas “normais” para a época, pois a quantidade de dejetos produzida até então era quase insignificante, comparando-a com o período atual.

O problema da poluição passou a ter um caráter mais grave devido à adoção de sistemas de confinamento nos anos 70, sem que mudasse a localização das instalações perto dos cursos

de água. Com esta intensificação, os dejetos não passaram a ser armazenados de forma segura nem a receber um tratamento adequado, sendo lançados nos rios (Guivant, 1998, p. 105).

Em função dessa sistemática na produção de suínos nos últimos anos e da falta de infra-estrutura relacionada ao destino dos dejetos, verificou-se, em todo o meio rural da Mesorregião, um violento aumento de borrachudos (mosquitos simulídeos)⁷, além da visível poluição dos solos, das águas superficiais e de grande probabilidade de contaminação dos lençóis freáticos.

A situação das águas começou a preocupar o conjunto da população não somente quanto à qualidade, como também pela quantidade disponível aos setores de produção, abastecimento e consumo. As causas da escassez da água são atribuídas ao desmatamento desenfreado, deixando os solos sem cobertura vegetal capaz de retê-las. Para o Colono 2, *na época, quando chovia, tu não via a água correr, o mato segurava a água (Entrevista – Colono 2)*.

Os rios, riachos, arroios e córregos das áreas do perímetro urbano de muitas cidades do Oeste Catarinense foram transformados em verdadeiros condutos de esgotos residenciais, pluviais, cloacais e industriais, ocasionando, por conseqüência, uma violenta e generalizada degradação ambiental. O convívio com essa realidade preocupante da escassez de águas, por grande parte da população regional, é mais problemático no meio rural, como revelam os seguintes pontos de vista:

Hoje, aqui, por exemplo, não tem mais mato. Então chegou a uma situação que a natureza não devolve mais, porque não tem. Eu queria que tu visse a nossa fonte aqui secou e nunca tinha acontecido antes. A água sumiu (...) e, se chegar faltar água do poço artesiano, vamos buscar água onde? No Rio Uruguai?... E as águas sumiram (Entrevista – Colono 10).

Virou um negócio que, desordenadamente, o povo não percebeu. O problema é o da poluição(...). Não adianta produzir poluindo (...), mas todo problema tem solução (Entrevista – Colono 8).

(...) Os colonos estão se preocupando (...), o colono se preocupa com a carência das águas, a água se esgotou tanto que hoje a

água não tem condições. Tu vai num rio, não tem condições de dar a água para um animal. Porque tá indo tudo no rio. Lá vai o esterco do porco, da vaca, lá vão os agrotóxicos. Então, eu acho que o que mais preocupa a gente é isso aí (Entrevista – Colono 6).

Esses depoimentos demonstram que os colonos estão se preocupando com a carência de recursos como a água e repensando a violenta exploração feita durante o processo de colonização e modernização da agricultura. Apontam, ainda, para a necessidade de redimensionar a utilização dos recursos naturais que restam. As tentativas de soluções propostas e incrementadas pelos poderes públicos e privados na Mesorregião mostraram-se, relativamente insignificantes perante os níveis de deterioração ambiental.

Já a percepção dos colonos quanto à questão, pode ser verificada pelo depoimento abaixo:

Há uns anos atrás, as prefeituras investiam no transporte do adubo para a lavoura. Hoje, com a modernização e com a privatização, terceirização, as prefeituras lavaram as mãos e então sobrou para os agricultores o transporte do adubo para as lavouras. Então, esse pessoal, que está fazendo o transporte, comprou um trator e um distribuidor para fazer a distribuição. Comprou pra ganhar dinheiro e não para beneficiar o agricultor. Então, ficou inviável levar o adubo para a roça... (Entrevista – Colono 1).

A Prefeitura, nesse momento, o que eu percebo, ela lavou as mãos. O que aconteceu: nós tínhamos a Secretaria da Agricultura, atendia com trator e distribuidor. E o que aconteceu: eles formaram a Associação para tentar repassar esses equipamentos da Prefeitura para as Associações. Mas ela não deu infra-estrutura. Hoje a Prefeitura não faz mais isto, vendeu o patrimônio e não tem mais máquinas e deixou os agricultores mais desamparados ainda. Isto implicava numa exigência muito grande para a Prefeitura, incomodando a administração, porque os agricultores estavam lá todo o dia e aí o que fizeram? Passaram para as Associações... (Entrevista – Colono 8).

Essa temática foi estudada por Julia Guivant, que expressa as seguintes considerações:

As prefeituras são identificadas também pelos suinocultores como responsáveis pelo fornecimento de tanques

distribuidores do esterco nas lavouras de milho. Além disso, tendem a ser criticadas por mal administrar os poucos distribuidores existentes, o que geralmente é atribuído por serem utilizados critérios clientelísticos na forma em que alguns suinocultores são favorecidos. As prefeituras reclamam, por sua vez, da falta de recursos para aumentar o número de distribuidores para poderem atender de forma satisfatória a demanda, que costuma concentrar-se nos períodos de plantio de milho, e tendem a identificar as integradoras como as que deveriam assumir tal responsabilidade. Este ponto é crucial dentro da dinâmica da rede: sem distribuidores suficientes, não há como materializar as vantagens propagadas sobre o controle da poluição (Guivant, 1998, p. 112-3).

As altas taxas de poluição dos mananciais e fontes d'água do Oeste Catarinense estão sendo sentidas diretamente pelo conjunto da população regional. Chegam até mesmo ao conhecimento de organismos nacionais e internacionais, despertando preocupação. As condições objetivas impedem que as populações se mobilizem no sentido de buscar alternativas viáveis para a reversão da situação criada. Se, no início do processo de colonização, por exemplo, era comum encontrar nos rios, riachos e arroios a presença de peixes, que, por muitas vezes, se tornaram uma importante fonte de alimentação humana, hoje a realidade percebida é completamente diferente da anterior.

Muitos colonos sabem e têm sensibilidade, por exemplo, com relação a uma nova maneira de manejar os dejetos e de lidar com os problemas ambientais. Eles sabem que assim não podem continuar. Muitas vezes, porém, eles não enxergam uma alternativa, ou se a enxergam, não a vêem como possível ou viável, ou ainda, sabem que, se a implementarem, não conseguirão sobreviver devido aos custos adicionais. Por isso, quando se coloca a produção agrícola e agropecuária com relação ao meio ambiente, coloca-se imediatamente a questão política. Ou seja, o mercado está impondo uma nova forma de produzir, o que implica uma relação nova com a natureza, da qual os sujeitos (colonos) estão excluídos. Por isso, é preciso que a sociedade se ponha a debater a questão. Afinal, a relação com o meio ambiente não atinge só os sujeitos que estão no processo pro-

duto. Não são somente eles que correm o risco de se inviabilizar, mas poderá ser a totalidade da sociedade. A sociedade organizada, porém, poderá exigir os seus direitos a um meio ambiente saudável, cobrando posturas adequadas na exploração dos recursos naturais por parte do capital agroindustrial. Estamos chegando ao limite da depreciação ambiental, a um tempo em que não é mais possível continuar violando a natureza desse jeito.

Ademais, vale frisar que os bens culturais são constituídos pela sociedade humana, que vive num determinado tempo e lugar, mas nem por isso prescinde do diálogo com as outras culturas do entorno. Há uma influência mútua que constitui o modo de vida, a busca de soluções para a sobrevivência e as relações com os recursos naturais, que vêm sendo destruídos pela exigência do capital, no modo de produção estabelecido. O conhecimento das relações instituídas considerando os sujeitos envolvidos é uma das possibilidades de resolver os problemas ambientais decorrentes do modo de produção agropecuária escolhido e da qualidade de vida dos moradores da região estudada envolvidos ou não no processo produtivo.

Notas

* Dr. em Geografia. Professor da Rede Estadual de Ensino e da Universidade do Contestado – Concórdia – SC.

** Dr.^ª em Genética e Biologia Molecular; Professora do Programa de Mestrado em Educação – Unijuí – Ijuí – RS.

*** Bacharel em Direito. Especialista em Educação Ambiental e História; membro da AIPAN (Associação Ijuicense de Proteção Ambiental).

1 Mesorregião Oeste Catarinense baseia-se nas delimitações político-administrativas estabelecidas pelo IBGE e, também, na sua formação e identificação histórico-cultural e sócio-econômica.

2 Colônias Velhas: regiões do Vale dos Sinos, Caí, Taquari e Jacuí onde chegaram os primeiros imigrantes alemães (1824) e italianos (1875).

3 Desbravamento - Des + bravo + mento: explorar (terras desconhecidas), limpar, acabar com o “bravo”: matas, índios, caboclos... (FERREIRA, A., 1998, p. 548). Vale comparar o aspecto histórico-cultural dos índios e caboclos com o dos colonizadores em relação aos recursos naturais. Os que já habitavam a região (índios e caboclos) eram muito menos “bravos” com os recursos naturais do que os que vinham colonizar (colonizadores).

4 Para maiores esclarecimentos sobre o tema, ler: PRIMAVESI, Ana Maria. Solo: vire esta página da nossa história. Aqui começa uma nova agricultura. In. *Guia Rural Abril*. São Paulo, 1986.

5 Lógica Camponesa – expressão utilizada pelos historiadores, que justifica o processo de reprodução dos sujeitos sociais ligados à vida camponesa. Caracterizam-se por famílias

com elevado número de filhos, que desenvolvem trabalhos agrícolas familiares para poder se manter e reproduzir como camponeses; pela busca de novas terras a partir de núcleos originais (“Colônias Velhas”) para alocar os excedentes familiares. Jean Roche chama a este fenômeno de *Enxaimagem*, como se fosse um enxame que sai da colméia com uma nova rainha a cada filho que casa. A lógica camponesa se reproduz, assim, porque consome e esgota os bens naturais. Para isso, precisa reproduzir grande quantidade de trabalho humano que a viabiliza, mas que também a mata.

6 Engenho tosco construído de madeira e movido à água. Este instrumento era composto por uma haste de madeira bruta posta horizontalmente e apoiada ao meio por um poste fixado ao chão. Numa de suas extremidades, possuía uma concha escavada que era enchida pela água de um rio, devidamente drenada por uma calha. Na outra extremidade, continha uma madeira de forma pontiaguda, denominado de pilão. Ao encher, a concha de água fazia o movimento suspendendo o pilão e conduzindo a concha para baixo (chão), esvaziando-se automaticamente. Assim, o pilão voltava a socar o produto que estava num recipiente de madeira de forma afunilada, construído especificamente para este fim. Este processo exercia um movimento que oscilava como uma gangorra (Cf. ANJOS, Flávio Sacco dos. 1995, p. 32). Dos grãos de milho quebrados ou triturados, fazia-se a quirela ou também a canjica.

7 Designação comum aos insetos dípteros da família dos simuliídeos... As larvas e pupas são aquáticas, preferindo cachoeiras e corredeiras. Só as fêmeas são hematófagas (se alimentam de sangue). Transmitem a oncocercose (doença causada por verme filarióide e caracterizada por grandes tumores subcutâneos) ao homem (Cf. FERREIRA, 1998, p. 277). A incidência destes insetos é considerada alta. Os mesmos atacam indiscriminadamente as partes expostas do corpo das pessoas, causando irritação, ferimentos, alergias e desconforto às pessoas e animais.

Referências bibliográficas

ANJOS, Flávio Sacco dos. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)**. UFPEL - Universidade Federal de Pelotas, 1995.

CAMPOS, Índio. **Os Colonos do Rio Uruguai**. Relações entre Pequena Produção e Agroindústria no Oeste Catarinense. Campina Grande, UFPb, 1987. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

D’ANGELIS, Wilmar da R. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. In: **Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó, (SC): UNOESC, 1995.

FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. **Concórdia: o rastro de sua história**. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GUIVANT, Julia S. Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. In: **Revista Ambiente e Sociedade**. Ano I, Nº 2, 1º semestre 1998.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_geo/. Acesso em: 12/01/2006.

LAGO, Paulo Fernando. **Gente da Terra Catarinense**. Desenvolvimento e Educação Ambiental. Florianópolis: Ed. Da UFSC/FCC Edições/ Ed. Lunardelli/ UDESC, 1988.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PRIMAVESI, Ana Maria. Aqui começa uma nova agricultura. In: **Guia Rural Abril**. São Paulo: Editoria Abril, 1986.

ROSSETO, Santo. **O CEOM e a proposta de resgate da história e da cultura do homem de fronteiras**. Chapecó, (SC): CEOM, Ano 4, Nº 2, set., 1989.

ROSSETTO, Santo. Síntese histórica da região Oeste. In: **Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó (SC): UNOESC, 1995.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

TESTA, V.; NADAL, R.; MIOR, L.; BALDISSERA, I. & CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (Proposta para Discussão)**. Florianópolis: Epagri, 1996.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

Abstract

An understanding of the social and environmental problems of midwestern Santa Catarina State in southern Brazil grounds on its history, on the relations established amongst people itself, and between them and nature, under the spotlight of the capitalist mode of production. This paper studies a consciousness built up on natural resources from the colonization until today under the view of social, cultural, political and economical relations of the settler agents. Occupation, special transformation, agents' conceptions/meanings and interpretations of the environment were discussed starting from interviews of twelve settlers of Concórdia (SC), who represent midwestern Santa Catarina. Nine among them (*settlers 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9 and 10*) are active framers integrated into agribusiness; the settler 7 is a unionist and represents the others; the settlers 11 and 12 represent two organic product companies. Interviews were recorded with previous agreement, transcribed, and some speeches were used in discussions.

Keywords: natural resources, colonization, cultural aspect